

ACTA Nº: 2 – Sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de Abril de 2005

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e cinco, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – Mapas de prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício económico de 2004;
4. Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro – Relatório e Conta de Exercício de 2004;
5. Barrosana E.M. – Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício económico do ano de 2004;
6. Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega – Relatório e Contas, relativo ao ano económico de 2004;
7. Classificação da Casa do Seminário de Gralhas – Aprovação.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes sessenta e um membros. Não compareceram à chamada os deputados António Maria Dias Cascais, Nuno Duarte Miranda Justo, Bernardino Rui Alves Pereira, Albino José Ribas, Manuel Dias Baptista, Nelson Tiago Antunes Rodrigues, Fernando Gonçalves de Moura, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, Pedro Nuno da Cruz Giesteira e António Gregório Azevedo Dias.

No prazo legal, justificaram a falta à sessão do dia 26 de Fevereiro de 2005 os deputados Armando Rodrigues Mendes Duarte, Sebastião Pereira Martins, Manuel Lopes Júnior e Paulo Jorge Dias Barroso.

Não justificaram a falta à referida sessão os deputados Carla Maria Ferreira Rodrigues, Bernardino Rui Alves Pereira, António Eduardo Morais Batista dos Santos, Albino José Ribas e Nelson Tiago Antunes Rodrigues.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e um membros.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou à Assembleia o agendamento do ponto sete à Ordem de Trabalhos, Classificação da Casa do Seminário de Gralhas – Aprovação, tendo sido autorizado por unanimidade.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração, tendo o deputado Fernando Calvão feito alguns reparos. Disse que constatou que a acta é omissa relativamente a um protesto que fez, relativamente a uma situação envolvendo a sua pessoa e o vereador Nuno Pereira e em consequência da intervenção do Presidente da Junta de Fervidelas, pretendendo o registo o seu protesto. Colocou também duas questões: a primeira foi

sobre a legitimidade da intervenção do vereador Nuno; na segunda pediu que o vereador objectivasse, no tempo, o que teriam dito para poder dar resposta.

A acta foi aprovada por maioria com duas abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, João Soares, Alberto Fernandes, António Ferreira, José Coelho, Duarte Calhelha, Joaquim Leitão, Fernando Calvão e Acácio Moura.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que há algum tempo alertou para o facto da população de Cela se queixar da água. O Senhor Presidente da Câmara não respondeu, mas as queixas mantêm-se e até apareceu um animal morto na conduta da água. Disse ainda que ao Presidente da Junta de Freguesia compete defender a população da Cela, o que não tem acontecido. Falou também das queixas que as pessoas de Sexta-Freita têm dado por causa da distribuição do correio, já que estão mal servidas. Existe lá a estrutura para o correio, mas só há uma caixa colocada e o correio vai ter a Covêlo do Gerês. Perguntou se aquelas pessoas não têm direito à vida como quaisquer outras. Pensa que o Senhor Presidente da Junta deveria ter mais atenção para com aquela população.

O deputado João Soares falou de educação e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara como é que estava a carta educativa em termos de elaboração e execução. Perguntou quando é que entrava em função o Conselho Municipal de Educação. Disse que estas perguntas vinham no seguimento do alerta para as questões do conhecimento dadas pelo Primeiro Ministro, pela Ministra da Educação e estes alertas são justificados. Referiu que este país é o 25º da União Europeia em iliteracia e matemática e que por isso estamos mal para construir um país de futuro. Em Guimarães, num encontro de debate sobre a educação, trocaram-se experiências e conhecimentos e viu que os conselhos educativos estão todos em funcionamento e todos já deram o seu contributo para a carta educativa. É muito importante falar na educação e investir nela e na cultura porque só assim se formam melhores cidadãos para um futuro melhor. Há questões entre o ensino privado e o público, como acontece no Baixo Barroso, mas têm de ser debatidas no Conselho Educativo quando ele funcionar. Toda a gente sabe do esforço que o Presidente da Câmara tem feito pelo concelho. Desenvolvendo Barroso, criando condições para se viver bem em Montalegre, há ainda um outro que é construir o futuro que só se constrói com pedras vivas que são as crianças e construir o futuro significa investir nas pessoas. O futuro são as crianças e é necessário investimento na educação e na cultura dos jovens. Falou ainda sobre o ensino particular e o ensino oficial dizendo que a nível do país o ensino particular está a aumentar e deu também como exemplo a Suécia onde o ensino particular é bem aceite e muito frequentado. Referiu ainda que se Montalegre tivesse um Conselho Municipal instalado já teria um órgão onde se poderiam discutir estes assuntos e assim não tínhamos agentes da educação e Presidentes de Associações de Pais a dizer na comunicação social que vão boicotar o início do ano lectivo porque a Escola da Borralha tem de fechar.

O deputado José Coelho perguntou em que situação se encontrava a revisão do PDM e perguntou ainda em que ponto se encontra a construção do infantário dos Pisões que alberga 18 crianças e que merecem melhores condições. Pediu alguns arruamentos na

sua freguesia, nomeadamente na aldeia do Telhado. Referiu que há funcionários da Câmara que quando as pessoas se dirigem a elas para pedirem trabalho é-lhes respondido para pedirem ao Presidente da Junta.

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento à Mesa sobre o falecimento do Senhor Padre Capela, Pároco da freguesia de Salto:

“Venho lembrar aqui, nesta Assembleia Municipal, que nos deixou, este mês, o Padre da Freguesia de Salto, o Senhor Padre Capela.

Um pároco dedicado à freguesia e que viveu para ela durante 22 anos. As suas igrejas eram as meninas dos seus olhos! Reparou-as e conservou-as, sem nunca pedir apoios às autarquias ou ao Governo!

Um exemplo.

Em doze anos que estive à frente da Junta tivemos sempre uma boa relação e o Padre Capela nunca saiu do âmbito da igreja.

Lamento aqui a sua morte.

O concelho, a freguesia de Salto e a igreja católica ficaram mais pobres.

Ao Clero do Concelho e à família apresento aqui os meus pêsames.”

O deputado Joaquim Leitão disse que se fala muito no ambiente, mas em Meixide não se liga nada ao ambiente. Não há ecopontos para a população fazer a separação dos lixos domésticos e já foram pedidos várias vezes. Perguntou qual a situação da estrada de Ardãos a Meixide. Perguntou se o Presidente da Câmara de Boticas ia pagar a estrada sozinho.

O deputado Fernando Calvão disse que o discurso apresentado pelo deputado João Soares é importante e deve fazer reflectir todos os presentes. Também na Assembleia Municipal deve haver educação e na última sessão foi enxovalhado porque lhe chamaram covarde e outros nomes que não quis referir. Disse que não estava à espera disso e que tinha sido apanhado à falsa fé e repudia determinada terminologia usada na Assembleia e o Senhor Presidente da Mesa devia disciplinar os discursos. Sobre cobardia disse que toda a gente sabe que sempre assumiu na Assembleia as suas convicções, os seus deveres e os seus direitos, assim como na sua vida pessoal. Não é covarde porque diz aquilo que tem a dizer, cara a cara, fosse de quem fosse, nunca se sentiu acanhado e foi sempre frontal. Quem não tem razão recorre ao insulto. Disse ainda que quando afirma na Assembleia determinadas coisas é porque tem provas e é evidente que critica a gestão camarária e pode apresentar algum problema factual, mas nunca pode elucidar objectivamente até porque tem limitação de tempo e não se pode abordar tudo quanto se quer. Disse estar disposto a prestar todas as explicações que lhe forem pedidas e acha que cobardia é a retaliação, a prepotência e o revanchismo e as atitudes persecutórias e o atropelamento dos direitos dos munícipes, mas garantiu que são adjectivos que não encaixam na sua pessoa.

Finda a intervenção do deputado Fernando Calvão, o Senhor Presidente da Assembleia pediu que ele esclarecesse aquilo a que se estava a referir ao que ele respondeu que está à espera que lhe digam qual é acta onde isso está referenciado para procurar saber algumas obras que de facto não estariam licenciadas.

O Vereador Nuno Pereira pediu um ponto de ordem e pediu que a intervenção do deputado Fernando Calvão, que lhe foi dirigida, ficasse em acta. Solicitou ainda, formalmente, que a gravação da sessão fosse certificada pelo Senhor Presidente da Mesa para ser apresentada nos locais que ele achar convenientes para defender a sua honra e dignidade. Leu a seguinte declaração:

“No acto da tomada de posse jurei cumprir com honra e lealdade as funções que na altura me eram confiadas. Se quanto à honra não aceito a discussão sem que exibam no acto os factos que atestam contra essa qualidade que para mim reputo, a lealdade essa tenho-a inegavelmente exercido para com o povo a quem a devo, na medida em que respeito a sua vontade plasmada nas regras e leis que ele impôs que cumprissem aqueles que elegeram, e para com os meus pares na fundamentação e na clareza das opiniões que expressei e das decisões que tomei.

Por isso, e perante este desiderato e as afirmações aqui produzidas relativas ao conteúdo da acta no que à minha intervenção diz respeito, refiro o seguinte:

1. Não avalio pessoas. Respeito-as na sua individualidade inviolável. Também não conheço pessoalmente o Dr. Calvão, nunca privei com ele em qualquer altura da minha vida, pelo que sobre a sua pessoa disse e digo **nada**.
2. Porém, os actos falam por si. Os factos a que me referi e que caracterizei como consubstanciando uma atitude covarde, foram proferidos na Assembleia Municipal de Montalegre e reportavam-se a uma intervenção proferida na mesma Assembleia e na qual, acusando-me claramente de uma deficiente orientação política na gestão da área de intervenção que me fora delegada, não referiu, contudo, os casos que suportavam a sua intervenção, privando-me, por essa negligência ou omissão que não quis superar, de apresentar a minha defesa na hora e perante todos quantos têm a obrigação de fiscalizar os meus actos. Esta atitude é, na minha opinião, aqui, uma atitude politicamente covarde.
3. Atitude covarde por, na minha opinião, vir na sequência de uma denúncia apresentada contra mim no Tribunal Administrativo do Porto, aí, sim, apresentando casos concretos, e subscrita pela Comissão Política de Montalegre do PSD. Nessa queixa, que corre ainda em fase de inquérito, concretiza-se e cimenta-se a atitude politicamente covarde que o PSD de Montalegre orquestrou contra a minha pessoa. Se a minha opinião quanto à queixa apresentada ao tribunal administrativo não a refiro aqui e agora por escrupuloso respeito à serenidade, recato e segredo que presidem a estes procedimentos, não deixa de ser relevante a capacidade aqui demonstrada pelos senhores deputados do PSD de descontextualizar uma intervenção para de forma oportunista e desonesta, na minha opinião, fazerem chicana política, desprezando o real valor do tempo e do lugar que ocupam para, uma vez mais, e na minha modesta, contestável, mas na minha opinião, levarem até à exaustão e ao nojo esses ataques «ad hominem» na falha de reais e autênticos suportes em factos e motivações políticos para o fazerem.
4. Só estando de má fé podem considerar haver nas minhas palavras um ataque à pessoa, quando o **contexto** em que fiz a intervenção que fiz estava perfeitamente

enquadrado pela imprecisão do discurso do senhor presidente da junta de freguesia de Fervidelas o qual, pela forma como o fez, podia provocar interpretações dúbias quanto à gestão urbanística. Tenho o DIREITO de exigir clareza quando se referem a áreas tão sensíveis quanto o são as áreas relacionadas com a gestão urbanística do Município de Montalegre, gestão que me cabe no presente na sequência de actos de delegação e subdelegação de competências publicamente reportados, e tenho o direito a ter opinião relativamente a actos que não sendo leais nem frontais, mas antes beneficiando da imprecisão e da omissão, deixam nos presentes a dúvida e a hipótese de considerações morais ilegítimas e imerecidas quanto à minha postura política. Tenho o direito a ter opinião e de opinar que essas atitudes foram, são e serão cobardes sempre que e quando visando os modos de actuar e de ser politicamente de qualquer pessoa não dão espaço nem oportunidade para a defesa dos visados.

5. Aliás, e para terminar, a postura do PSD de Montalegre, na minha, modesta e contestável, sem dúvida, mas minha opinião, tem sido pautada por uma completa desorientação raiando a desonestidade política. É capaz de ver o cisco no olho do vizinho e não vê a trave que o cega. O PSD de Montalegre é capaz de vislumbrar na minha actuação política actos e intenções que maior atenção, esclarecimento e conhecimento indicariam claramente eu não ter cometido e, depois, denunciá-los às instâncias judiciais e inspectivas, para eles mesmos, e na primeira oportunidade, serem capazes de cometer actos que eu na minha opinião reputo de ilegais. A prevenção e o preconceito de base contra a minha pessoa roubam-lhe a serenidade na análise e impedem a civilidade nas relações pessoais. É que o PSD de Montalegre NUNCA e relativamente às «atrocidades» de que me acusa teve a lealdade de me confrontar com os factos, de me solicitar esclarecimentos, de me perguntar a minha opinião quando, na minha opinião, o devia ter feito. É uma acto de cobardia política porque, na minha opinião, mais do que um acto legítimo de fiscalização ser uma tentativa de rebaixamento pessoal por ter que me explicar em primeiro lugar perante o Ministério Público e não perante os meus pares, na Câmara, ou esta Assembleia.
6. Não foi esta atitude que tive perante o Dr Calvão: sobre a sua pessoa nada refiro. Combato frontalmente e com total lealdade os actos e atitudes que na minha opinião são contestáveis e censuráveis no quadro dos cargos políticos que ambos desempenhamos e nos lugares próprios que pretendo dignificar com esta atitude.
7. Porém, se de algum modo a forma ou as expressões utilizadas para publicar a minha repulsa pela atitude que perante mim tomou possa ter sido considerada um ataque pessoal, apresento aqui e agora públicas desculpas e o desmentido formal. Quanto ao resto, fazer acusações sem me fornecer os elementos que me permitam a defesa e o esclarecimento que a todos devo, considero-as e considerá-las-ei atitudes politicamente cobardes.
8. Solicito neste momento ao Ex mo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a emissão de certidão deste documento enquanto cópia fiel da intervenção que aqui tive em resposta às acusações que me são feitas e para os efeitos de defesa da minha posição e pessoa nos lugares que entendo por convenientes incluindo no processo a que acima fiz referência.

Montalegre, 29 de Abril de 2005.

Nuno Pereira

Vereador”

O deputado Fernando Calvão pediu a palavra para esclarecer que ficou com a ideia de que serviu de trampolim para o Vereador Nuno ler um discurso que já trazia preparado de casa. Disse que não tinha sido ele que o meteu em Tribunal. Se foi a Comissão Política do PSD que o meteu em Tribunal, pediu-lhe que se entendesse com ela. Considera-se um homem honesto e nunca covarde. Disse ainda ao Senhor Vereador que não tinha nada que o ofender e pediu que lhe dissesse em que altura é que ele teria afirmado que havia obras não licenciadas que ele prontamente as enumera.

O Vereador Nuno Pereira disse que se o PSD tivesse cautela teria visto que aquilo de que o acusa não é verdade porque faz acusações referentes ao ano de 1998, altura em que não tinha competências sobre as questões de urbanismo. Disse que condena a atitude do deputado Fernando Calvão porque não citou as obras a que se tinha referido e não se pôde defender. Do ponto de vista pessoal e profissional, não faz juízos; do ponto de vista político, disse que estão na política para expor pontos de vista, apresentar ideias e exigir que elas sejam apresentadas de forma clara para que não se levantem dúvidas infundadas.

O deputado António Ferreira falou sobre o 25 de Abril dizendo que uns viveram-no, outros viveram-no, mas já se esqueceram e as comemorações deste ano foram feitas pelos mesmos grupos, à semelhança de anos anteriores. Referiu que foi a melhor comemoração a nível de escolas. Referindo-se à palestra, disse que os conferencistas foram de uma categoria extraordinária e transmitiu à Dr^a Fátima Fernandes, que foi o cérebro da actividade, os parabéns e os agradecimentos. Depois, e referindo-se à qualidade da água que abastece a aldeia da Cela, disse que toda a gente o conhece e sabe que é natural daquela aldeia, mas que nunca ninguém lhe disse, nem nunca ouviu dizer que aquela água estava imprópria para consumo e os animais mortos que têm aparecido só podem ser animais selvagens. Referiu que está ansioso para que a construção do canil em Boticas comece porque se há algum lixo na vila a culpa é de alguns cães que andam à solta. Disse ainda que a Escola Preparatória está a precisar de obras porque já há 4 ou 5 anos que não recebe um tostão para manutenção. Pediu apoio à Câmara e à Assembleia para que pressione o Senhor Director Regional para fazer obras naquela escola.

O deputado Acácio Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Covelães, disse que existem alguns erros nas placas de sinalização que foram colocadas e que em algumas localidades ainda não existem. Sobre a abertura do Centro de Dia de Paredes, agradeceu à Câmara e ao Projecto de Luta Contra a Pobreza porque sem a ajuda que prestaram não seria possível concretizar esse projecto.

O deputado Duarte Calheta disse que concorda com a criação do Conselho Municipal, mas faz um alerta à profissionalização que hoje não é aproveitada. Existem muitos licenciados, mas não existem profissionais. Disse ser uma preocupação ter formação em áreas como serralharia, carpintaria, etc. Pensa que aos alunos deveriam ser proporcionadas visitas de estudo. Falou também da falta de espaços desportivos. Não existem ringues. Pensa que a construção de um ringue não é um investimento muito elevado e é um local onde os jovens podem conviver. Sobre a desertificação, disse que o concelho está cada vez mais desertificado em determinadas zonas e é fruto das acessibilidades. Se houvesse uma linha de caminhos de ferro havia muito mais

desenvolvimento. Deu como exemplo Chaves e Vilar Real. Chaves tinha mais desenvolvimento, mas com o aparecimento do IP 4 Vila Real desenvolveu muito.

A deputada Fátima Fernandes agradeceu, à Câmara, em nome do prof^o Paulino, do prof^o Carlos, em seu nome próprio e em nome do Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Montalegre, todo o apoio prestado para a realização das comemorações do 25 de Abril.

Sobre a intervenção do deputado Domingos Vasconcelos, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Covêlo do Gerês esclareceu que o correio na freguesia não funciona, mas que todos os residentes sabem porquê. Os nomes das ruas foram alterados e ainda vai demorar a organizar as coisas. Disse ainda que tem a informação de que a distribuição ao domicílio vai acabar.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro, na sequência da intervenção do deputado Domingos Vasconcelos, disse que se sabia mais rápido em Vila Nova de que existiam animais mortos do que sabia o Presidente da Junta. Esclareceu que já tinha avisado as pessoas para que viessem à Câmara fazer os contratos de água para se colocarem os contadores e de seguida tratar-se a água porque, na verdade, não está em condições.

Findas as intervenções, inscreveu-se para esclarecimentos o deputado João Soares que agradeceu as referências feitas à educação pelo deputado Duarte Calhella que é um jovem e é dessa gente que o país precisa. Informou que as escolas da Borralha e a Secundária vão candidatar-se para ter jovens a frequentar um curso de hotelaria para que os jovens, ao terminarem o 12^o ano, não fiquem sem orientação. Sobre as visitas de estudo, disse que está prevista uma a Santo Tirso a uma fábrica de têxteis e que há outras previstas na área do património.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes. Este iniciou a sua intervenção falando da carta educativa dizendo que esta está a ser elaborada em conjunto com as Câmaras do Alto Tâmega. O Conselho Municipal foi instalado e irá pronunciar-se sobre a proposta da carta educativa. Aquilo que se deve fazer está na Lei. É por isso que o jardim infantil dos Pisões está atrasado porque só a carta educativa vai ditar onde se vai instalar uma escola ou um jardim infantil. Ainda sobre o jardim infantil dos Pisões, e respondendo à questão levantada pelo Presidente da Junta de Viade de Baixo, disse que, se o edifício não está bem, existem outras soluções e que as condições em que se encontra não são culpa da Câmara. Disse ainda que o deputado João Soares falou do conflito que existe entre a Escola do Baixo Barroso e a Escola da Borralha que é uma escola que tem grande tradição, rigor e profissionalismo. Referiu que é mais a favor da escola oficial, por tradição e por ideologia, e o conflito ali existente não tem razão de ser e não podem ser os professores ou os pais dos alunos a ditarem se a escola fecha ou não. Há pessoas responsáveis que o devem decidir e apelou ao bom senso porque há lugar para as duas escolas. Ao Presidente da Junta de freguesia de Viade de Baixo disse que o PDM tem muito trabalho feito e uma equipa está prestes a apresentar o trabalho. Os ortofotomapas estão quase prontos. Acrescentou que o PDM não é para criar mais facilidades. Ele restringe e vai continuar a restringir. Sobre a intervenção do deputado Alberto Martins, disse que também homenageia o Padre Capela que foi uma figura marcante. Deixou obra feita, mas nunca pediu um tostão à Câmara. Sobre os ecopontos

informou de que são instalados em função do número de pessoas existentes nas freguesias, mas, pelo facto de não existirem ecopontos, as pessoas não podem deitar o lixo para o chão. Isso não é falta de ecoponto, é falta de civismo. Sobre a estrada Ardãos Meixide disse que há uma candidatura ao Interreg que irá permitir o financiamento e a realização. Sobre a intervenção do deputado Fernando Calvão, disse que este tinha ficado muito excitado quando se falou em cobardia política, pois ela existe e por isso trata-se pelo nome. Quando o deputado Fernando Calvão disse que havia corrupção nos saneamentos foi enviada uma nota ao Tribunal para ver se havia matéria para investigação e o deputado Fernando Calvão, contrariamente ao que disse nesta Assembleia, foi lá dizer que não sabia de nada. Ora isso é cobardia política. O Senhor Presidente mostrou solidariedade para com o vereador Nuno Pereira e disse que o deputado Fernando Calvão não serve de trampolim para nada. Sobre as comemorações do 25 de Abril, louvou a iniciativa e a homenagem porque mudou a vida de todos, sobretudo dos jovens. Deu os parabéns à escola e à Dr^a Fátima Fernandes que é uma excelente professora e que não dá só aulas, é mais que tudo, empenhada na formação cívica dos alunos. Disse ainda que o pavilhão da escola está prometido, mas já passaram três anos de gestão do PSD e não foi feito nada. Espera-se que agora com o novo Governo se faça alguma coisa. Sobre as placas de sinalização, admitiu que existem alguns erros, mas garantiu que iriam ser corrigidos. Explicou o trabalho que está a ser feito em matéria de sinalização do património do concelho e disse que graças a esse trabalho já muita gente visitou alguns locais. Disse que o deputado Duarte Calhela alertou para o bem que é o ensino profissional e concorda com ele. Referiu que no concelho existem vários ringues como em Salto, Montalegre e Ferral e vão começar em Chã e Paradela. A desertificação e as estradas são problemas que nos perseguem, mas tem mais a ver com o emprego. Se uma estrada trouxesse mais desenvolvimento fazia-se, mas a nossa realidade geográfica é esta e não podemos fazer nada. Estamos a lutar pelo arranjo da EN 103, que é uma estrada muito importante, e a ligação à IP 3.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Fernando Calvão e Domingos Vasconcelos.

O deputado Fernando Calvão disse que ao senhor Presidente da Câmara lhe fica bem a solidariedade apresentada para com o vereador Nuno Pereira. Referiu que nunca tinha dito que havia corrupção nos saneamentos. Nessa altura forneceu todas as explicações ao Ministério Público e o processo foi arquivado. Toda a gente sabe que há algumas obras que não foram atempadamente licenciadas e não houve o acompanhamento técnico no que diz respeito à compactação dos solos, lençóis de água, etc. O projecto da pista também foi feito tardiamente. Disse ainda que não sabe se a obra na avenida Nuno Álvares Pereira está licenciada ou não. Reconheceu que faz algumas trapalhadas e admitiu que não fornece todas as informações, mas o Senhor Presidente da Câmara também tem trapalhadas na sua gestão.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que ouviu na Assembleia acusações de que havia corrupção nos saneamentos e a Câmara enviou ao Tribunal matéria para averiguações e o deputado Fernando Calvão não foi capaz de provar em tribunal aquilo que disse e isso é irresponsabilidade e cobardia política.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que não tinha feito nenhum ataque pessoal e toda a gente sabe que o deputado António Ferreira é da Cela e deve tentar arranjar os problemas à população. Disse que é eleito e por isso tem de falar dos problemas de

todas as freguesias do concelho. Lamenta que a Escola da sua freguesia esteja para encerrar, mas espera que a da Borralha não feche.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que os deputados do PSD não querem resolver o problema da Cela porque ficam sem argumentos. Esse assunto só será resolvido quando as pessoas vierem à Câmara fazer os contratos de água e pagar o ramal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer todo o expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que disse que o Senhor Presidente da Câmara, na apresentação deste ponto, só falou nas obras que estão a decorrer e ele iria falar sobre as obras que não estão a ser feitas. A parte nascente do concelho está ao abandono. Em Cervos compreende-se porque há um litígio com a Junta mas com Morgade não existem conflitos, até é uma Junta socialista, e não se tem lá feito nada. Referiu ainda que Minas de Beça está completamente ao abandono, assim como Rebordelo porque se as pessoas quiserem ir a Boticas ou Chaves têm de fazer mais 15 km. Falou ainda sobre os limites do concelho, nomeadamente Pereira, e disse que tinham sido alterados.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que aquilo que não está previsto em Plano não se faz e se não está em plano não é prioridade. A questão da manutenção da estrada de Beça é feita, mas a população falou muito na estrada de Morgade ao Barracão e isso foi feito. Relativamente a Cervos, não há razões para falar porque já muita obra lá foi feita e enumerou alguns trabalhos que lá foram realizados. Faz-se aquilo que é possível, mas não pode tudo ser feito ao mesmo tempo. Na freguesia de Cervos, 80% dos trabalhos estão feitos. Faz-se num ano num lado e no outro noutra parte. Sobre os limites do concelho, disse que a população de Pereira tinha um grande advogado para defender os seus interesses, mas não quiseram a participação da Câmara. Referiu ainda que não se alteraram os limites. O que está decidido ou o que foi confirmado, tem por base a tradição e documentos antigos e a Câmara nada pode fazer aí.

O deputado Acácio Gonçalves pediu esclarecimentos e perguntou se o Senhor Presidente da Câmara considera Minas de Beça uma aldeia ou não. E pediu que o Senhor Presidente da Câmara não dissesse que o concelho está todo ligado por alcatrão.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que se existiam Minas de Beça continuam a existir, não houve nenhuma alteração. Explicou que existem dinâmicas

económicas que nada têm a ver com os limites do concelho e que há aldeias que têm mais relação com o concelho de Vieira do Minho e de Boticas do que com Montalegre. Temos que respeitar os limites, mas temos que ter em conta as relações económicas que estão estabelecidas entre as populações.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – Mapas de prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício económico de 2004

O Senhor Presidente da Câmara apresentou os documentos de Prestação de Contas.

Terminada a apresentação do ponto 3, o Senhor Presidente da Câmara informou que se ia ausentar da sessão porque tinha que estar presente no Gerês onde iria estar presente o Senhor Primeiro Ministro, José Sócrates, e que iria ser substituído pelo Senhor Vereador Orlando Alves.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, António Ferreira, Francisco Surreira, Fernando Calvão e Paulo Cruz.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa:

“Exmº Sr. Presidente da Assembleia
Exmº Senhor Presidente da C.M.M.
Srs Deputados
M/ Senhores M/ Senhoras

O Sistema contabilístico do POCAL desta autarquia, reflectido nesta Conta de gerência, corresponde a um conjunto de tarefas e registos através dos quais se resumem e relatam, as operações e acontecimentos que servirão “à posteriori” de conteúdo informativo e legal e nos fornece actualmente a visão financeira da autarquia.

Pela análise efectuada verifica-se que o resultado líquido do exercício de 2004 é negativo (2.282.128,53) que será o mesmo que dizer gasta-se mais do que se pode.

Constata-se uma vez mais que o orçamento e plano de actividades previsto para 2004 no valor proposto de 27.756.480,00 se encontrava empolado, concretizando-se no valor de 15.888.118,69, resultando assim uma percentagem de execução de 57,24%, ficando por realizar uma percentagem de 42,73%.

O Endividamento da autarquia também sofre “operações de cosmética” e se em 31/12/2003 era de 11.004.326,95 (Banco, empreiteiros e leasing) e em 31/12/2004 foi de 9.372.627,36, estando a caminho mais empréstimos bancários e mais leasing’s com a deliberação do executivo na compra de mais 10 viaturas, cujos modelos desconhecemos mas cuja intuição nos deixa certas de que servirão plenamente para campanha eleitoral.

Verificamos ainda que os gastos supérfluos é como o algodão não enganam e verificamos quão longe andam os prognósticos do sr. Presidente gastando a mais além do orçamento para as entidades a seguir indicadas, senão vejamos:

ENTIDADES	€ Orç/Pl act.	Corrigido €Orç e pl/act	Diferença €	OBS
C.M. Combustível	200.000	300.000	100.000	
C.M. Transportes Esc.	600.000	780.000	180.000	
Ecomuseu	25.000	95.000	75.000	
Festas do Concelho	85.000	110.000	25.000	
Associações	20.000	45.000	25.000	
Feira do Fumeiro	65.000	75.000	10.000	
Feira do cabrito	40.000	55.000	15.000	
GATAT	100.000	190.000	90.000	
Barrosana E.M.	30.000	50.000	20.000	
			535.000	

Verifica-se nas transferências correntes para as diversas associações concelhias que aumentaram significativamente, sendo que em 2003 se transferiram 488.527,45 e em 2004 982.408,19, aumento este na ordem de 55%, parecendo-nos este aumento prenúncio de boa campanha eleitoral.

Montalegre, 29 de Abril de 2005, Assina Acácio Gonçalves”

O deputado Francisco Surrerira perguntou se a verba que está na página 15 do documento, na alínea referente à educação, se o valor executado é referente a fundos para as escolas e gastos com os alunos ou se essa verba foi gasta noutras actividades.

O deputado António Ferreira disse que o deputado Acácio Gonçalves pôs em causa o aumento de verbas para a educação e para combustíveis. Perguntou, então, o que é que andavam a fazer os senhores deputados quando votaram os pedidos de apoio e se alguém é contra o pedido de subsídios a alunos carenciados ou apoios a visitas de estudo. Disse ainda que se alguém acha que o Senhor Presidente da Câmara não está a falar a verdade, então diga-se: o Senhor Presidente não está a falar verdade porque não executou esta ou aquela obra. Disse ainda que se alguém não concordasse com aquilo que foi feito em Montalegre e se algum Presidente da Junta não concorda com alguma obra que foi feita na sua freguesia que o diga claramente. Em seu entender, o documento está bem elaborado, felicitou os técnicos da Câmara e disse que merece o apoio e o aplauso de todos.

O deputado Fernando Calvão disse que o documento é um tratado, é bastante exaustivo e não teve tempo de ler tudo, só leu algumas partes e tem alguns reparos a fazer. Disse que do orçamentado conseguiu-se apenas uma execução de 57% o que, em seu entender, é manifestamente pouco. Relativamente à despesa, o que muita gente apelida de trabalho o PSD apelida de erros de previsão. Previa-se uma receita de um milhão e vinte mil euros e realizaram-se apenas cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e três euros. Relativamente à venda de bens de investimento, a previsão também ficou muito aquém das expectativas pois apenas se realizaram 2,7%, assim como em relação às transferências de capital que se previam de 15 milhões e realizaram-se apenas 7 milhões, ou seja, cerca de 45%. Nas despesas de investimento, previa-se uma despesa

de 19 milhões e realizaram-se cerca de 10 milhões, o que é muito pouco. Ficaram, assim, muitas obras por realizar a nível de saneamentos, arruamentos e águas. Citou, como exemplo, os saneamentos de Covelães, Paredes, Outeiro, Vila da Ponte, Sidrós, Cabril, Reigoso e Pisões, entre outros. A nível desportivo ficaram por fazer o campo de jogos e o pavilhão desportivo de Salto e a nível das águas citou como exemplos Caniçó e Reboreda. Relativamente à despesa corrente, constata que tem sido uma gestão despesista porque nota um recurso fora do comum a horas extras e também verbas avultadas a ajudas de custo. Também lhe parece avultada a verba atribuída com os artigos honoríficos. Também lhe parecem verbas avultadas os gastos com pneus, peças e reparações. Também lhe mereceu reparos o aparecimento de determinadas obras que não têm verba definida relevante, que é o caso do saneamento de Codeçoso que tinha uma despesa previsível de 135 mil euros e aparece como tendo sido gastos apenas 400 euros e no entanto a obra está feita. Esta situação, para o PSD, funciona como uma espécie de dívida oculta. Também a estrada Barracão Morgade tinha uma verba prevista de 130 mil euros, já está feita e não tem verba nenhuma liquidada. Referiu que é mais uma situação de provável dívida oculta. Relativamente à dívida, disse que está mais ou menos de acordo com os documentos que têm sido fornecidos. É uma dívida de 9 milhões de euros no entanto há que registar algumas manobras financeiras que a autarquia tem feito como seja a renegociação da dívida a longo prazo. Finalmente, disse que Montalegre é um concelho do interior e com uma desertificação acelerada e com falta de investimento. Tem-se investido em equipamento social que o PSD já pôs em dúvida se será utilizado. Trata-se de uma gestão da qual o partido tem discordado e por isso votará contra o documento apresentado.

O deputado Paulo Cruz pensa que comparar o exercício de uma Câmara ao de uma empresa é no mínimo errado pois os fins são bastante diferentes. O das empresas é o lucro e o desta Câmara é melhorar a qualidade de vida dos barrosões. Mal seria se a Câmara tivesse o lucro como objectivo. Não se fazia nada pois o apoio que dá nas áreas da educação e na acção social não dá lucros, por isso é melhor que continue com estes objectivos. Referiu ainda que é bom que os deputados da Assembleia tenham acesso aos documentos que foram apresentados para se poder verificar as falsidades que o PSD teima em dizer da gestão deste executivo: que é mau gestor, que derrete milhões e que os recursos económicos são débeis porque estes documentos vêm mostrar o contrário. A situação económica é saudável porque a dívida diminuiu e a capacidade de endividamento é de cerca de 70% o que implica que só foram utilizados 29% da sua capacidade. Com o número de obras em curso e as já concluídas gastou-se só 48% do orçamento. Melhor do que isto é impossível. Tudo isto mostra a capacidade de gestão deste executivo e felicitou os seus gestores. Pensa que este documento deve ser votado favoravelmente.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente em exercício para responder que disse que as questões que foram colocadas seriam mais clarificadas se fosse o chefe do Executivo a responder. Sobre a discussão destes dois documentos, disse que ninguém espere que haja consensos porque também na Assembleia da República, onde se assistem a grandes debates, onde estão sempre grandes economistas, também nunca há consensos. Acerca da eventual discrepância que o deputado Acácio Gonçalves referiu que a mesma tem a ver com a introdução da contabilidade patrimonial. Fez-se a avaliação patrimonial da Câmara no valor estimado de 104 milhões de euros que não contempla ainda todo o património do Município. Está sujeito a amortizações e isso é que determina o diferendo. Estamos numa posição

privilegiada pois temos 95% de execução de obra. Temos a dívida a fornecedores e prestadores de serviços de 300 mil contos que não é preocupante já que há empresas no concelho com dívida superior à da Câmara. A dívida à banca, porque a longo prazo, também não é preocupante. É ridículo estarmos a questionar uma dívida extraordinariamente baixa, até comparativamente com os concelhos vizinhos. A dívida irá aumentar para se fazer obra. As referências às despesas com combustíveis não fazem sentido pois o aumento dos preços tem sido diário. E se há despesas de combustíveis é porque os camiões e as máquinas não estão paradas. Também o conjunto de obras por administração directa é grande e por isso há horas extraordinárias e aumento de combustíveis. Os transportes escolares levam muito dinheiro e os trajectos são alterados dada a necessidade de se garantirem desdobramentos e até criação de novos circuitos que só se conhecem depois de o ano lectivo ter início. Em Outubro é que se sabe que crianças se têm de transportar. As despesas com feiras e similares não devem ser questionadas pois é preciso promover o concelho e os produtos locais. Todas as actividades são feitas com toda a dignidade. Referiu que no Festival Gastronómico do Cabrito, não estava prevista a carpa e de um dia para o outro ela apareceu porque o tempo ameaçou chuva. As despesas para o GATAT não se podem alterar porque foi feita cartografia nova. Aí estão incluídas as despesas com o canil de Boticas, as despesas com a carta educativa e as despesas com a carta de ruído. As despesas de educação, de que falou o deputado Francisco Surreira, têm a ver com tudo o que diz respeito à educação: alimentação, transporte, material de desgaste e onde se inclui também as visitas de estudo, como a visita ao Oceanário a Lisboa. Disse ao deputado António Ferreira que as palavras que dirigiu aos técnicos da Câmara assentavam bem porque são esforçados e há documentos como estes que demoram muito tempo a elaborar. Sobre a intervenção do deputado Fernando Calvão, disse que chamou tratado ao documento e isso é sinal de que está bem elaborado porque os tratados são-no assim por definição e natureza. Apesar de tudo falou numa execução de 57%. Toda a gente sabe que há falhas e muitas vezes vai-se pedir ao governo e vem-se de mãos a abanar. Reconheceu que há falhas na previsão, assim como há falhas no governo da nação. Garantiu que não há dívidas ocultas e que os documentos foram exibidas na reunião de Câmara e que deveria haver mais articulação entre os membros do executivo e os da Assembleia para que não se digam coisas que não devem ser ditas. Disse ainda que alguma coisa tem de ser feita, e por todos juntos, no combate à desertificação e para a resolução deste problema não há governo, nem partidos, nem oposição. Todos têm as mesmas responsabilidades e este problema não é só do concelho de Montalegre, é de todo o país e num país com 200 Km de largura não se justificam as assimetrias que se verificam. A Assembleia Municipal não pode servir só para falar no rego de água ou no carteiro que não chega a horas. A Assembleia deve ser para tratar de questões de fundo. Há investimentos que se fazem e que daqui por algum tempo não fazem sentido.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício, leu o seguinte texto que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha entregue antes de sair:

“O PSD apresentou a sua posição critica relativa aos documentos da Conta de Gerência de 2004.

Como de costume, diz mal de tudo. Se gastamos mais, está mal, se gastamos menos, está pior. E quando gastamos o que estava previsto está mal igual: ou consideram que é de mais ou que é de menos.

E também, como é uso, há manipulação dos números. É tudo visto com desconfiança e com sectarismo.

Seria normal o PSD pedir explicações ou levantar dúvidas e só depois criticar. Mas não, o PSD quer esconder o seu atrevimento, mas não consegue. Faz logo as críticas e só diz asneiras. A obsessão do contra é tal que até se revela com mais clareza a sua incompetência.

Relativamente aos números, basta-nos observar o seguinte:

1. No que se refere às despesas de representação focadas, o PSD trocou o valor orçamentado com o realizado e quer insinuar que essas despesas de representação são despesas extraordinárias do Presidente. O PSD não sabe, mas pode ficar a saber que os 23.000 euros, e não os 25.000 como referem, são pagamentos de abono para despesas de representação, incluídas no vencimento, que cabem ao Presidente e aos vereadores. Os outros 11.300 euros são as mesmas despesas relativas ao Director de Departamento e aos Chefes de Divisão.

Será que também querem perguntar porque é que se recebe o vencimento?

2. Também no Capítulo de Prémios, condecorações e ofertas o PSD se enganou ou mentiu. É que as despesas são de 439 euros e não 4.902 euros. Trocou o cabimento com a despesa.

3. A mesma coisa acontece com as críticas pelas despesas de publicidade. Querem que se faça a divulgação e promoção da terra e dos produtos locais, mas acham que devia ser de graça. E quem diz isto é o mesmo PSD que já nos criticou por investirmos pouco na promoção.

Mas também há aqui manipulação, mentira e ignorância.

Não gastamos 73.499 euros com o PSD diz, mas apenas 46.989. O PSD retirou o valor orçado e fez disso o gasto.

Bem podiam elogiar-nos por temos poupado tanto em relação ao previsto. E por termos feito uma divulgação digna à feira da vitela, do cabrito, do fumeiro, às carrilheiras e ao parapente, às Sextas-feiras 13 e às festas do concelho, etc.

Mas estas iniciativas não gastaram esse dinheiro que o PSD referiu.

É que ainda se incluem nessas despesas os gastos com publicações no Diário da República os concursos e as empreitadas.

4. Questionaram também os senhores do PSD, para além das horas extraordinárias pagas, as ajudas de custo. Será que queriam que os funcionários trabalhassem ao fim de semana e de noite e para além do horário normal sem receberem o que é legal? Ou não sabem que ao fim de semana, e permanentemente durante o dia, há pessoal disponível nas brigadas das águas de Montalegre, de Salto e de Ferral? Não sabem que há trabalho no lixo no Verão para além da hora? Não sabem que há pessoal a trabalhar nas feiras e festas, ao fim de semana e para além da hora? Etc, etc.

Provavelmente o que o PSD também não sabe é que desses valores apontados nas ajudas de custo apenas 2.284 euros foram pagas aos políticos. 11.248 são referentes aos membros da Assembleia Municipal, pessoal que se desloca e grande parte do pessoal em formação.

5. Também nas despesas de manutenção das piscinas há mentira, para além da hipocrisia. Não se gastaram 184.930 euros, mas apenas 107.920. Também aqui trocaram os valores da despesa com os valores orçamentados. Uma trapalhada.

Gastamos 57.000 euros em gás e cerca de 50 mil nas análises, controle e qualidade, tratamento e pessoal.

Bizarro é o PSD não ter noção do que são umas piscinas com um tanque de 25 metros e mais um tanque de aprendizagem. Se tivessem esta noção, se calhar não teriam feitos as críticas que fizeram quando atribuíram prioridade a essa obra e fizeram o alarido que fizeram sobre o atraso da empreitada. Mas não sabiam nessa altura, nem hoje saberão qual o número de utilizadores daquele equipamento.

6. Também a insídia recai sobre a forma como questionaram as despesas de representação dos serviços.

O PSD, se não sabe fica a saber que nessas verbas se incluem despesas com viagem dos autarcas ao Congresso da ANMP no Funchal, viagem dos delegados da Federação Portuguesa de Voo Livre à Croácia por causa das provas de Parapente, a participação na festa de Natal dos funcionários, participação no almoço aquando da visita do Dr. Durão Barroso, pagamento do almoço e toda a divulgação da visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, o Boletim Municipal e outras.

Relativamente à crítica feita ao Plano, o ridículo é o adjetivo mais próprio.

Veja-se que o PSD está preocupado por não se ter feito o Lar de Cabril. Até se esqueceram que o PSD boicotou essa e outras obras durante os três anos do seu governo.

Depois o PSD diverte-se com números e percentagens. Só que o PSD, com tanta brincadeira, não viu as obras que fizemos durante o ano.

E eu referia algumas:

OBRAS-EMPREITADAS

Obras de beneficiação de várias escolas, mobiliário e aquecimento

Remodelação escola de Venda Nova

Arranjos recreio escola de Vilar de Perdizes

Apoio de 150.000 – Quartel Bombeiros de Salto

Pintura garagem da Câmara

Encerramento obras Biblioteca Municipal

Rua do Avelar – apenas realização financeira

PROCOM – apenas realização financeira

Rotundas Corujeira e Valdoso

Parque de Exposições e feiras de Montalegre com volume de obras significativo

Conclusão do Parque de Campismo

Edifício Albino Fidalgo

Apoio habitação social – Projecto Luta Contra a Pobreza e Borralha

Iniciaram-se as obras do Agris de Tourém e Pitões

Fossas de Tourém

Saneamento de Gralhas

Saneamento e ruas de Codeçoso

Saneamento de Solveira

Saneamento e ruas da Borralha

Águas de Codeçoso da Venda Nova

Águas de Cabril – Encerramento financeiro
 Estrada Barracão Morgade
 Estrada Lodeiro D'Árque limites do concelho
 Estrada Salto Borralha
 Estrada Salto Corva
 Estrada de cabril – Conclusão
 Estrada de Fafião – Conclusão
 Estrada de S. Lourenço Vila Nova – Conclusão
 Estrada de Montalegre Padornelos
 Estrada de Montalegre Padroso e Ponte
 Início das obras variante Rolo Corujeira
 Estrada Ladrugães Reigoso – Rompimento e ponte
 Estrada Reigoso Sacozelo
 Estrada Carvalhais Vilarinho da Mó
 Estrada de Codeçoso, pelo cemitério – conclusão financeira
 Conclusão Marginal do Cávado
 Arruamento acesso piscina
 Arruamentos Cambezes, Contim, Covêlo, Ferral, Gralhas, Beçós, Santo André,
 Ormeche, Meixide e Cerdeira

A lista tem mais dez páginas. Mas basta.”

Depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara em exercício, inscreveu-se para esclarecimentos o deputado Fernando Calvão que disse que a dívida total ronda os 9 milhões de euros e não um milhão e quinhentos mil como falou o Senhor Presidente da Câmara em exercício. Disse que no documento vem referida a obra do saneamento de Codeçoso que tinha prevista uma verba de 135 mil euros e só aparece como sendo executados 400 euros, assim como a estrada de Morgade ao Barracão que tinha uma verba previsível de 133 mil euros e não tem nenhuma verba atribuída.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu dizendo que o deputado Fernando Calvão tinha razão mas que as obras tinham sido feitas em 2004 e pagas em 2005 e por essa razão, as verbas não constam do documento.

Deliberação: Os documentos foram aprovados por maioria com oito votos contra e seis abstenções.

4. Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro – Relatório e Conta de Exercício de 2004

O Senhor Presidente da Câmara em exercício apresentou o relatório e conta de exercício de 2004.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que entregou o seguinte documento à Mesa:

“Exmº Senhor Presidente da Assembleia
 Exmº Sr. Presidente da C.M.M.
 Srs Deputados
 M/Senhores e M/Senhoras

Sobre a empresa águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, mantenho o que sempre disse, sendo nossa opinião que quando se transferiram para ela as águas e imobilizando foi uma fraca decisão, a troco de um prato de lentilhas.

Hoje já poderemos ver que mais dia menos dia temos uma empresa privada a funcionar e à procura de lucros fáceis.

O nosso petróleo não deveria passar para as mãos dos privados e se isso vier a acontecer penso que não acautelamos a nossa posição na empresa atendendo a que somos dos concelhos com mais potencial aquífero e nem um lugar temos nos órgãos sociais da empresa para fazer valer os nossos direitos, nomeadamente naquilo que foi contratado que não tem mexido muito.

Comentando a situação financeira da empresa, parece-nos estar em queda livre, já em 2003 apresentava um resultado liquido negativo de 261.269,00 e em 2004 também negativo 838.090,83, o que não são bons prenúncios.

Montalegre, 29 de Abril de 2005, Assina, Acácio Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu dizendo que o relatório apresentado não é da responsabilidade da Câmara. Disse ainda que é uma empresa nova que está numa fase de grandes investimentos. Não se pretende que tenha lucro mas sim que forneça água com qualidade às populações. Pessoalmente disse que o único reparo que lhe fazia é que já devia ter saído para a rua com uma campanha de sensibilização à população para poupar água.

O deputado Acácio Gonçalves pediu a palavra para esclarecimentos e disse que havia uma contradição porque a Câmara não dá lucros, dá prejuízos e a empresa Águas de Trás-os-Montes também tem de dar prejuízos. Disse ainda que ouve falar que a Câmara gasta muito dinheiro na acção social, mas em Montalegre não vê um cartão do idoso, nem subsídios aos jovens como vê nos concelhos de Boticas e Ribeira de Pena.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu dizendo ao deputado Acácio Gonçalves que devia olhar muito mais para Montalegre do que para os outros concelhos. Disse que não gosta de fazer marketing com a miséria das pessoas, mas informou que foram entregues casas a pessoas onde viviam crianças em condições muito precárias e hoje têm um quarto e condições condignas. Pediu ao deputado que não pusesse em causa a forma como as casas são entregues. Disse ainda que existe apoio à terceira idade em Cervos, Salto e Covelães. Não acredita que o facto de a Câmara atribuir 400 contos a um casal pelo nascimento de um filho vá fixar as pessoas. Aquilo que fixa as populações é fazer como antigamente, cultivando os terrenos.

A Assembleia tomou conhecimento.

5. Barrosana E.M. – Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício económico do ano de 2004

O Senhor Presidente da Câmara em exercício esclareceu que a Barrosana é uma empresa que já está constituída mas que ainda não tem actividade e apesar disso tem

uma despesa anual de 6 mil contos. É preciso pagar a um técnico de contas, o que fica muito caro. Será através desta empresa que se vão criar actividades que irão dar emprego a muita gente.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

6. Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega – Relatório e Contas relativo ao ano económico de 2004

O Senhor Presidente da Câmara em exercício apresentou o relatório e contas relativas ao ano económico de 2004.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que disse que embora a Câmara tenha injectado dinheiro no Matadouro continua a afundar-se. Apresenta um saldo negativo de 36 mil euros e aquilo é uma casa de pobres com funcionários a trabalhar muito e a ganhar pouco.

O Senhor Presidente da Câmara em exercício respondeu dizendo que os resultados financeiros de um ano não espelham a saúde financeira de uma empresa. A gestão do Matadouro tem levado a uma descida progressiva da dívida.

A Assembleia tomou conhecimento.

7. Classificação da Casa do Seminário de Gralhas – Aprovação

O Senhor Vereador Nuno Pereira esclareceu a Assembleia.

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração e votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário